

ARTIGOS

O CRISTÃO E A POLÍTICA: O FILHO DE DEUS NO REINO DOS HOMENS

Dênis Altivo Magalhães
União Norte Brasileira
da Igreja Adventista do Sétimo Dia
denis.magalhaes@uol.com.br

Resumo: A simples menção da palavra “política” deixa muitos cristãos, sobretudo os mais conservadores, em estado de alerta. Como se isso não bastasse, a oposição à relação cristão-política encontra eco mesmo nas fileiras que estão à margem do cristianismo ou ocupam lugar em sua ala liberal. De forma natural surgem as perguntas: tal preocupação é legítima? Pode o cristão engajar-se em práticas políticas e ainda manter a sua posição de autêntico seguidor de Cristo? Que espécie de relação entre o cristão e a política seria eticamente aceitável e não colocaria o membro regular de uma denominação cristã em contraposição aos princípios bíblicos? Deve a igreja cristã envolver-se com essas preocupações? O presente artigo busca considerar esses questionamentos sob a ótica de algumas necessidades do mundo em sua esfera social e das contribuições que o cristianismo tem a oferecer.

Palavras-chave: Cristão, Política, Igreja.

THE CHRISTIAN AND POLITICS: THE CHILD OF GOD IN THE KINGDOM OF MEN

Abstract: The mere allusion of the word "politics" leaves many Christians in a state of alert, especially the more conservative ones. And as it were not enough, the opposition to Christian and Politics finds an echo even in the marginal groups of Christianity and even among liberals. Naturally the questions arise: Is this a legitimate concern? May a Christian be engaged in political activities and still maintain his stand as an authentic follower of Christ? What kind of relationship would be ethically acceptable of a Christian and politics? Would this not place the regular Church-going member in opposition to biblical principles? Should the Christian Church involve itself with such concerns? This article seeks to consider these issues from the perspective of some needs of the world in its social sphere and from the contributions that Christianity has to offer.

Keywords: Christian, Politics, Church.



A Ordem Política é Fundamental

Inicialmente, seria interessante reconhecer que a ordem decorrente da vigência de um sistema político numa nação, qualifica-o não apenas como necessário, mas fundamental para evitar o estabelecimento do caos ou da anarquia. Se graves problemas e equívocos podem ser encontrados em uma gestão ou sistema político, quão pior seria o quadro se cada cidadão fizesse o que parece melhor segundo suas perspectivas individuais.

Em segundo lugar, a Bíblia, regra de fé e prática para os cristãos em geral, não se encontra silente em relação a esse ponto no que diz respeito aos princípios. Em especial, quanto ao Novo Testamento, o problema da relação entre cristianismo e política se demonstra resolvido apenas por meio de dedução indireta, uma vez que seu texto é mais explícito ao tratar da relação Igreja-Estado (CULLMANN, 1968, p. 7). Contudo, tem-se ali algumas interessantes declarações que precisam ser consideradas.

Escrevendo aos romanos, o autor neotestamentário afirma que a autoridade civil é um instrumento de Deus para conduzir o cidadão para o bem e para fazer justiça aplicando penalidades a quem pratica o mal (ver Rm 13:1-7). O apóstolo Pedro, usando termos semelhantes, tem o seu pensamento alinhado ao de Paulo, como expresso em 1 Pedro 2:13-17. A linguagem deles dificilmente poderia ser confundida: a sociedade necessita de uma ordem política. Se tal necessidade, porém, pode prover um vínculo mais estreito entre essa ordem e os cristãos, temos aí outro assunto que se constitui um aspecto mais delicado da questão.

A compreensão do termo chave “política” pode trazer luz a tal discussão. “Política”, em seu sentido amplo, denota originalmente a vida da cidade (polis) e as responsabilidades do cidadão (polites). Relaciona-se, portanto, com toda a nossa vida dentro da sociedade. Neste aspecto, política é a arte de se viver em comunidade. Por outro lado, em sentido restrito, política é a arte de governar, relacionando-se com a elaboração de medidas governamentais buscando perpetuá-las na lei (STOTT, 1991, p. 13).

As definições etimológicas de política dadas por Jonh Stott são bem objetivas, mas para a discussão proposta é necessário clarificar estes termos e definir outros de igual importância. Sendo assim, a cientista política Marilena Chauí os expõe desta forma:



Polis é a cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (politikos), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a isonomia (igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar). Tal politika são os negócios públicos, dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, estradas e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da Cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.). Civitas é a tradução latina de polis, portanto, a Cidade como ente público e coletivo. Res publica é a tradução latina para ta politika, significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo populus romanus, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma. Polis e Civita correspondem (imperfeitamente) ao que, no vocabulário político moderno, chamamos de Estado: o conjunto das instituições públicas (leis, erário público, serviços públicos) e sua administração pelos membros da cidade. Ta politika e res publica correspondem (imperfeitamente) ao que designamos modernamente por práticas políticas, referindo-se ao modo de participação política no poder, aos conflitos e acordos na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e às decisões concernentes ao erário ou fundo público (CHAUÍ, 2001, p. 371).

Aqui, pode ser muito útil, abordar a maneira como Aristóteles entendia o termo política do ponto de vista funcional. O filósofo descreveu na obra *Ética e Nicômaco* que: “a política se serve das outras ciências práticas e legisla sobre o que é preciso fazer e do que é preciso abster-se; assim sendo, o fim buscado por ela deve englobar os fins de todas as outras, donde se conclui que o fim da política é o bem propriamente humano” (ARISTÓTELES, apud CHAUÍ, 2001, p. 371).

Tendo em vista esses conceitos, seria oportuno levar em consideração algumas das suas implicações práticas. Elas podem ajudar na identificação de qual seja o papel do cristão, como ele deve portar-se diante de um sistema político e se deve ou não ter participação ativa nesse âmbito.

O papel do cristão na política

Dietrich Bonhoeffer, analisando a reação do cristão à política, afirmou corretamente que o fator que provoca fácil oposição dos cristãos às autoridades é o fato deles se escandalizarem com os erros e injustiças cometidos por essas mesmas autoridades (BONHOEFFER, 1995, p. 161). No entanto, na tentativa de esquivar-se dos efeitos negativos desse sistema, alguns têm se encaminhado para os extremos da indiferença, omissão e conformismo, repudiando como pecaminoso um dos principais meios pelo qual o mundo poderia ser feito um lugar melhor para se viver.



De fato, para verificar se o vínculo entre o cristão e a política é passível de ser aceito, é preciso analisar a relação existente entre o “social” e o “político”, principalmente quando “político” é entendido no sentido estrito do termo, ou seja, o governo e a elaboração de políticas de governo. Essa distinção pode contribuir para a compreensão da participação do cristão no cenário da política.

Muito se fala do papel do cristão no serviço social. Atender às necessidades humanas e exercer a filantropia é visto pela igreja cristã e pela sociedade não apenas como privilégio do cristão, mas também como seu dever. Entretanto o que seria mais produtivo? Assistir às necessidades básicas do ser humano como alimentação, moradia e saúde ou atingir a raiz dessas mesmas necessidades buscando eliminar as causas dessas carências? Praticar atos de caridade ou minimizar as necessidades desses atos através da adoção de medidas político-econômicas que permitam reduzir as desigualdades sociais?

Clarificando, se existe uma avenida com um alto índice de atropelamento, a ação mais eficaz e inteligente, a princípio, não seria deslocar para aquela região um maior número de ambulâncias, mas sim, instalar redutores de velocidade, semáforos e passarelas ao longo dos pontos mais críticos da avenida. A partir dessa simples ilustração, pode-se ter um vislumbre de que os serviços sociais são importantes, porém, mais necessárias e eficientes são as ações sociais. As ações sociais visam à raiz do problema e abrangem um maior número de cidadãos, enquanto que os serviços sociais, embora importantes, preocupam-se principalmente com os efeitos do problema e tem um alcance mais restrito.

Parece plausível concordar que o compromisso do cristão, do ponto de vista da sociedade, abrange tanto o serviço quanto a ação social. Mesmo porque, existem casos em que as necessidades não podem ser supridas a não ser por meio da ação social. (BONHOEFFER, 1995, p. 14). É também compreensível que o cristianismo tenha o seu enfoque escatológico e primariamente volte a sua atenção para o “reino vindouro”. Porém, Oscar Cullmann aparenta ter razão ao propor que é “falso entender a expectativa cristã do fim, como equivalente à indiferença aos atuais valores terrenos. Ao contrário: é da expectativa cristã do fim que procedem impulsos fortes para as relações com o mundo” (CULLMANN, 1968, p. 8). Na realidade, a convicção cristã é que o fim já está realizado em Cristo, mas a consumação ainda está no futuro e a atual estrutura do mundo persiste (CULLMANN, 1962, p. 211-2). Como seria possível ignorá-la?



A omissão do cristão nesse tão importante campo de ação da esfera humana, dificilmente harmoniza-se com algumas das principais declarações de Cristo como a que se encontra em Mateus 5:13: “Vós sois o sal da terra.” Se por um lado um número expressivo de vozes alega ser necessário manter distância do meio político notoriamente secularizado¹, por outro é preciso que o cristão atue como sal que é, preservando a sociedade da degeneração. A metáfora utilizada por Cristo sugere o poder de conservação do sal. Entretanto, para que possa exercer suas propriedades conservadoras, o sal precisa ser esfregado na carne a fim de impedir que ela entre em processo de decomposição. De maneira semelhante, os cristãos precisam estar em contato com a sociedade, em seu sentido mais amplo e em suas várias camadas, para retardar esse processo de degeneração (STOTT, 2001, p. 57). O sal precisa sair do saleiro.

Os cristãos deveriam buscar instituir uma cidade justa e boa em busca de práticas sociais que visem o bem comum – a finalidade última da política. Se os cristãos ficarem omissos em relação às práticas políticas na polis no sentido de torná-la boa e justa (obras para o bem comum) não será um pecado tanto quanto o é a ação corrupta? A ação desvirtuada nas práticas políticas (individualismo possessivo, privilégios destinados a certas classes sociais) não seria equivalente à omissão de práticas políticas para o bem comum?

Uma das principais vozes protestantes do século passado, Karl Barth, defendia abertamente que o cristão precisa buscar servir a Deus com tudo quanto esteja incluído no escopo de sua existência. Deve interessar-se pelos problemas de natureza política e social, tanto quanto se interessa pelos problemas individuais (HORDERN, 1979, p. 152).

Aludindo a essa questão, William Barclay, ao analisar a resposta de Cristo quanto à legitimidade de pagar impostos aos romanos (ver Mt 22:15-22) percebe nas palavras do Mestre, que todo cristão tem uma dupla cidadania – a celestial e a terrena! Um cidadão deve, portanto, fidelidade ao país em que vive, independentemente do tipo de estrutura política, social e econômica provida por esse Estado, a não ser que as reivindicações estatais choquem-se contra a revelada vontade de Deus. O comentarista pondera: “Posto que o cristão seja um homem honrado, deve ser um cidadão

¹Para verificar discussão sobre a secularização dos políticos de forma quase generalizada e já na década de 1950, ver HYMA, A., **Christianity and Politics: A history of the principles and struggles of Church and State**. Birmingham, Mi: Brant Publishing Company, 1960, pp. 263-300.



responsável, e o fracasso como cidadão também significa um fracasso em seu dever como cristão. Qualquer país ou indústria em cuja administração os cristãos se neguem a participar e as deixem em mãos de pessoas egoístas, interesseiras, parciais e não cristãs podem sofrer inumeráveis problemas” (BARCLAY, 1973, p. 281).

Por outro lado, é necessário considerar que existem dificuldades específicas para o cristão que entra no campo político. Quando um cidadão se candidata, os constantes apelos à sociedade como um todo constituem uma característica inerente à campanha política. Busca-se, através da apresentação de propostas sociais e econômicas atingir a todos, sejam eles brancos ou negros, ricos ou pobres, patrões ou empregados e, crentes ou descrentes. Tal circunstância leva à necessidade do compromisso, e essa virtude é uma das principais qualidades que um eleitor espera do político. O candidato cristão deixaria claro, durante a sua campanha, que seus objetivos vão contemplar apenas uma fração da população? No afã de conquistar o eleitorado, advogaria objetivos que se chocam com os princípios da ética cristã? Isso precisa ser relevado.

Outro fator importante a ser considerado é a questão dos “fins” e dos “meios”. O cristão, ao estar inserido no cenário político, não se encontra livre para ser transigente a ponto de desviar-se da ética cristã e usar caminhos que podem ser os mais fáceis para se alcançar seus objetivos, mas não os moralmente corretos, ainda que as metas sejam as melhores. O velho jargão segundo o qual “os fins não justificam os meios” não deve ser perdido de vista nem mesmo para aqueles que estão sob a “pressão do grupo”. Tal situação é muito comum aos que se filiam a partidos políticos. A pressão não é uma escusa legítima para se esquivar de grandes responsabilidades. Além do mais, “o cristão não está sob pressão maior para sacrificar suas convicções éticas, em atividades políticas, do que em qualquer outra forma de atividade humana” (COWAN, 1957, p. 40).

Outro risco enfrentado pelo cristão, como candidato, é o de tentar usar sua posição ou a influência que desfruta junto à congregação que assiste ou à denominação religiosa a que pertence. Empenhar-se em conduzir o direito de voto facultado aos membros de sua igreja, de tal maneira que sirva aos seus interesses exclusivos, não se harmoniza com os princípios morais que buscam preservar o livre arbítrio.

A alegação de que o meio político nacional encontra-se muito corrompido, dificilmente poderia ser refutada. Mas, de acordo com algumas perspectivas, a liderança política de uma nação não é nada mais que um reflexo do nível da moralidade de seu



povo. Ao Reinhold Niebuhr afirmar que “indivíduos não são nunca tão imorais como a situação social na qual eles estão envolvidos e as pessoas as quais eles representam” (NIEBUHR, 1960, p. 248). fica patente que grandes serão os desafios e as dificuldades daqueles que concorrem a um cargo político ou são nomeados para exercê-lo num ambiente já caracterizado pela desonestidade. Ela e suas implicações, não estão restritas à classe política. Está na própria base da sociedade – o povo. Às vezes, isso chega mesmo a fazer parte da cultura de um povo. Contudo, não constitui um obstáculo intransponível para aqueles que se sentem comissionados para tarefa de tamanha importância ou um impedimento para tais aspirações, em virtude do próprio ambiente no qual já se encontram.

Essas são apenas algumas das dificuldades que serão encontradas por aqueles que optarem por percorrer tal caminho. Contudo, o candidato ou político cristão não é o único que tem responsabilidade nesses assuntos. Cidadãos cristãos em geral bem como líderes de igrejas têm a mesma tarefa de tornar claro para a comunidade a plena relação entre a ética cristã e a prática política (NIEBUHR, 1960, p. 155).

A Igreja e a política

Em 1948, Emil Brunner escreveu uma carta a Karl Barth criticando sua postura política e sugerindo-lhe que não procurasse opor-se ao comunismo, como anteriormente fizera ao nazismo. O teólogo suíço respondeu-lhe chamando a sua atenção para o fato de que a Igreja, na obediência que devota a Cristo, deverá enunciar-se tendo em vista situações concretas e não apenas em termos de princípios gerais. À Igreja, caberá o dever de procurar a vontade divina para o tempo presente (HORDERN, 1979, p. 45).

Barth não tentou demonstrar com isso que a Igreja deva se empenhar numa luta política por uma ou outra forma de governo. De fato, para o teólogo neo-ortodoxo, “não podemos dizer que a democracia, ou o socialismo, ou a ditadura ou a livre união de estados federados devem ser essenciais, permanentes e um postulado cristão universal, para serem mantidos em todas as circunstâncias” (BARTH, 1944, p. 39).

O requerimento cristão absoluto é a preservação da ordem, da justiça e da liberdade, independentemente da forma de administração pública. A Igreja, porém, assevera Barth, deve guardar-se da “identificação” com uma causa política e em “nenhuma circunstância” e nem mesmo dentro dos mais modestos limites, deveria estabelecer-se tal identidade (BARTH, 1944, p. 32;40).



Ela não deve atacar e nem endossar a um partido ou candidato político em particular. Não pode, em virtude da sagrada posição que ocupa, vincular sua imagem ou os seus ideais com os de um político, candidato ou partido político. Seus interesses precisam se manter em uma posição apolítica. Contudo, ela também não pode ser omissa em questões vitais para a sociedade como um todo. A falha da igreja protestante na Europa ao não expor os males do fascismo e do nazismo, no século passado, constitui uma advertência que não pode ser ignorada (COWAN, 1957, p. 47).

E, se bem que “a religiosidade profunda não se iludirá supondo que a perfeita justiça pode ser alcançada em um mundo cheio de pecado” (NIEBUHR, 1987, p. 111) não parece coerente, à luz de sua missão, que tais preocupações sejam alijadas de seu seio. Ela não pode, à semelhança do levita e do sacerdote da parábola do bom samaritano, “passar de largo” do mundo que necessita de auxílio.

Conclusão

Tendo em vista as considerações abordadas, parece plausível concluir que a ética cristã pode e precisa ser aplicada às práticas políticas tanto quanto a outras formas de ação social. Em sua totalidade, a sociedade carece da influência cristã com suas inerentes preocupações voltadas para o bem dos seres humanos. Excluir o cenário político e suas vertentes do raio de ação do cristianismo parece, em realidade, atestar contra a própria fé cristã.

Se por um lado a igreja deva manter-se em uma posição apolítica concernente a candidatos, políticos eleitos e partidos, por outro o cristão, como um indivíduo, e a igreja, como um corpo organizado, não podem se omitir nessa tão importante questão abrangendo as ações sociais. Os princípios cristãos são grandiosos demais para ficarem confinados às quatro paredes de uma igreja.

Referencias Bibliográficas

BARCLAY, W., **O Nuevo Testamento Comentado por William Barclay**. Buenos Aires: Editorial La Aurora, vol. 2, 1973, p. 281.

BARTH, K., **The Church and the War**. New York: The MacMillan Company, 1944, p. 39.

BONHOEFFER, D., **Discipulado**. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1995, p. 161.

COWAN, W. [Ed] **What the Christian Hopes for in Society?** New York: Association Press, 1957, p. 40.



CHAUÍ, M., **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001, p. 371.

CULLMANN, O., **Cristo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 1968, p. 7.

CULLMANN, O., **Christ and Time**: The Primitive Christian Conception of Time and History. London: SCM Press, 1962, pp. 211 e 212.

HORDERN, W., **Teologia Protestante ao Alcance de Todos**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1979, p. 152.

NIEBUHR, R., **Moral Man and Immoral Society**: A Study in Ethics and Politics. New York: Charles Scribner's Sons, 1960, p. 248.

NIEBUHR, R., **An Interpretation of Christian Ethics**. San Francisco: Harper & Row Publishers, 1987, p. 111.

STOTT, J., **La Fe Cristiana Frente a Los Desafios Contemporâneos**. Buenos Aires, Nueva Creacion, 1991, p. 13.

STOTT, J., **A Mensagem do Sermão do Monte**: Contracultura cristã. São Paulo, ABU Editora, 2001, p. 57.